

TERRITORIALIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE EM RENASCENÇA (2018–2024)

TERRITORIALIZATION OF PUBLIC PROCUREMENT AND FAMILY FARMING IN PNAE IN RENASCENÇA (2018–2024)

TERRITORIALIZACIÓN DE LAS COMPRAS PÚBLICAS Y AGRICULTURA FAMILIAR EN EL PNAE EN RENASCENÇA (2018–2024)

Joseane Pereira¹



Submissão: 09/04/2026 / Aceito: 26/08/2026

RESUMO

O artigo analisa a evolução das compras públicas de alimentos da agricultura familiar no município de Renascença (PR), no período de 2018 a 2024, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Parte-se da problemática de que, apesar da exigência legal de aquisição mínima de 30%, muitos municípios enfrentam dificuldades para implementar a política, evidenciando desigualdades territoriais. O objetivo é investigar como a articulação entre agricultura familiar, cooperativismo e gestão pública influencia o cumprimento da Lei nº 11.947/2009 e a consolidação do mercado institucional local. A análise fundamenta-se em abordagens sobre desenvolvimento rural, economia solidária e governança territorial. Metodologicamente, trata-se de um estudo quanti-qualitativo, baseado em análise documental de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Secretaria Municipal de Educação e das atas do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Os resultados indicam que o município superou de forma consistente o percentual mínimo legal, alcançando índices superiores a 90% nos anos recentes, além de apresentar diversificação dos gêneros alimentícios e ampliação da participação de cooperativas, incluindo organizações voltadas à produção orgânica. Conclui-se que a efetividade do PNAE está associada à consolidação de arranjos institucionais locais, nos quais o cooperativismo desempenha papel estratégico na articulação entre produção e mercado institucional, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, da soberania alimentar e do desenvolvimento rural territorial.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Compras públicas. PNAE. Cooperativismo. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This study analyzes the evolution of public food procurement from family farming in the municipality of Renascença (PR), Brazil, between 2018 and 2024, within the scope of the National School Feeding Program (PNAE). It addresses the problem that, despite the legal requirement of a

¹Doutorado em Desenvolvimento Rural sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Bacharel em Nutrição, ambos pela Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: joseanefidelispereira@hotmail.com



minimum 30% procurement from family farming, many municipalities face difficulties in implementing this policy, revealing territorial inequalities. The objective is to examine how the articulation between family farming, cooperativism, and public management influences compliance with Law No. 11.947/2009 and the consolidation of local institutional markets. The analysis is grounded in theoretical perspectives on rural development, solidarity economy, and territorial governance. Methodologically, the study adopts a mixed-method approach based on documentary analysis of data from the National Fund for Educational Development (FNDE), the Municipal Department of Education, and records from the School Feeding Council (CAE). The results show that the municipality consistently exceeded the legal minimum requirement, reaching levels above 90% in recent years, alongside diversification of food products and increased participation of cooperatives, including those focused on organic production. The study concludes that the effectiveness of the PNAE is associated with the consolidation of local institutional arrangements, in which cooperativism plays a strategic role in linking production and institutional markets, contributing to the strengthening of family farming, food sovereignty, and territorial rural development.

Keywords: Family farming. Public procurement. School feeding program. Cooperativism. Rural development.

RESUMEN

El artículo analiza la evolución de las compras públicas de alimentos provenientes de la agricultura familiar en el municipio de Renascença (PR), Brasil, en el período de 2018 a 2024, en el marco del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). Parte de la problemática de que, a pesar de la exigencia legal de adquirir al menos el 30% de alimentos de la agricultura familiar, muchos municipios enfrentan dificultades para implementar la política, evidenciando desigualdades territoriales. El objetivo es examinar cómo la articulación entre agricultura familiar, cooperativismo y gestión pública influye en el cumplimiento de la Ley nº 11.947/2009 y en la consolidación del mercado institucional local. El análisis se fundamenta en enfoques sobre desarrollo rural, economía solidaria y gobernanza territorial. Metodológicamente, se trata de un estudio de enfoque mixto basado en análisis documental de datos del Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación (FNDE), de la Secretaría Municipal de Educación y de las actas del Consejo de Alimentación Escolar (CAE). Los resultados muestran que el municipio superó de manera consistente el porcentaje mínimo legal, alcanzando niveles superiores al 90% en los años recientes, además de presentar diversificación de los alimentos y mayor participación de cooperativas, incluidas aquellas orientadas a la producción orgánica. Se concluye que la efectividad del PNAE está asociada a la consolidación de arreglos institucionales locales, en los cuales el cooperativismo desempeña un papel estratégico en la articulación entre producción y mercado institucional, contribuyendo al fortalecimiento de la agricultura familiar, la soberanía alimentaria y el desarrollo rural territorial.

Palabras clave: Agricultura familiar. Compras públicas. Alimentación escolar. Cooperativismo. Desarrollo rural.



INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem se consolidado como um dos principais pilares das estratégias de desenvolvimento rural sustentável, dada sua capacidade de promover segurança alimentar, dinamização econômica local e preservação sociocultural. Representando a principal forma de produção agrícola em diversas regiões do Brasil, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2023), a agricultura familiar ocupa papel central no abastecimento alimentar interno, além de contribuir significativamente para a geração de trabalho e renda no meio rural. Tal centralidade justifica a crescente atenção que vem recebendo no âmbito das políticas públicas.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), política pública que articula segurança alimentar e nutricional com o fortalecimento da produção local. Instituído pela Lei nº 11.947/2009, o programa estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (Brasil, 2009). Essa diretriz insere a alimentação escolar no centro do debate sobre circuitos curtos de comercialização, soberania alimentar, economia solidária e agroecologia, ao transformar o Estado em agente promotor de mercados institucionais territorializados.

Apesar de seus avanços, a operacionalização da política envolve múltiplos desafios, especialmente relacionados à organização produtiva, à logística de distribuição, ao atendimento das exigências legais e sanitárias e à gestão dos processos de compras públicas. Nesse processo, a disponibilidade e a diversificação dos produtos agrícolas locais, aliadas ao grau de organização das cooperativas, constituem fatores determinantes para o alcance dessa meta (Brasil, 2021). Contudo, desafios logísticos e a fragilidade na articulação entre agricultores e gestores públicos ainda limitam a oferta e dificultam o acesso da agricultura familiar ao mercado institucional do PNAE (Rodrigues *et al.*, 2024).

Além disso, as principais dificuldades para participação no programa também envolvem limitações na assistência técnica, restrições na disponibilidade de mão de obra e a ausência de equipamentos adequados para o preparo do solo e sistemas de irrigação (Andrade e Silva, 2023).

Rockett *et al.* (2019), Andrade e Silva (2023) e Alvarenga (2025), evidenciam que parte significativa dos municípios brasileiros enfrenta dificuldades para cumprir o percentual mínimo estabelecido pela legislação, indicando entraves estruturais e institucionais que limitam o potencial transformador do PNAE.



É nesse cenário que o cooperativismo se apresenta como alternativa estratégica, fundamentadas em princípios como autogestão, solidariedade, responsabilidade coletiva e democracia participativa (Schneider, 2018), as cooperativas da agricultura familiar atuam como mediadoras entre produtores e poder público, agregando valor à produção, oferecendo suporte técnico e administrativo e viabilizando o acesso aos mercados institucionais. Na perspectiva da economia solidária, conforme Coraggio (2000), tais organizações fortalecem práticas associativas e promovem formas de desenvolvimento voltadas à reprodução ampliada da vida, e não exclusivamente à lógica mercantil.

Entretanto, a implementação da política de compras públicas da agricultura familiar não ocorre de maneira homogênea em todos os locais. Enquanto alguns municípios apresentam dificuldades persistentes, outros superam de forma expressiva o percentual mínimo exigido por lei, sugerindo a existência de arranjos institucionais e organizacionais específicos que favorecem a articulação entre agricultura familiar, cooperativismo e gestão pública.

Embora a literatura sobre o PNAE seja ampla, ainda são limitados os estudos que analisam, em escala municipal e em perspectiva longitudinal, a interação entre desempenho da política, diversidade da oferta e papel das cooperativas na consolidação dos mercados institucionais. Nesse sentido, o presente estudo busca preencher essa lacuna ao oferecer uma análise empírica detalhada em perspectiva temporal.

Ao articular, em perspectiva longitudinal, a evolução dos recursos aplicados, a diversidade dos gêneros alimentícios e a participação das cooperativas, o estudo contribui para compreender como a organização coletiva e os arranjos institucionais territoriais interferem na execução das compras públicas da agricultura familiar. Sua contribuição reside, portanto, em demonstrar empiricamente que o desempenho do PNAE em escala municipal não se restringe ao cumprimento do percentual legal de aquisição, mas está relacionado à capacidade de articulação entre gestão pública, agricultores familiares e organizações cooperativas.

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão-problema: como a articulação entre agricultura familiar e cooperativismo tem influenciado a execução das compras públicas do PNAE no município de Renascença/PR, no período de 2018 a 2024, especialmente no que se refere ao cumprimento da Lei nº 11.947/2009, e à diversidade dos gêneros alimentícios adquiridos?

A partir dessa indagação, o presente artigo tem como objetivo investigar a evolução das compras públicas de alimentos da agricultura familiar no referido município, analisando o



percentual de aplicação dos recursos do FNDE, a diversidade dos grupos alimentares adquiridos e o papel desempenhado pelas cooperativas na consolidação do mercado institucional local.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de abordagem quanti-qualitativa, com delineamento documental e descritivo, orientada pela análise da execução do PNAE no município de Renascença, localizado na mesorregião Sudoeste do estado do Paraná, na região Sul do Brasil, no período de 2018 a 2024. A escolha do município justifica-se por se tratar de uma realidade de pequeno porte demográfico, inserida em uma região historicamente marcada pela forte presença da agricultura familiar e por experiências associativas e cooperativas relevantes. A análise desse contexto local permite compreender, em escala territorial delimitada, os efeitos da política pública de compras institucionais sobre os arranjos produtivos da agricultura familiar.

A pesquisa fundamenta-se exclusivamente em dados secundários, coletados a partir de três fontes principais: relatórios oficiais de repasses financeiros do FNDE; documentação administrativa, relatórios de execução do PNAE fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação; e as atas e prestações de contas do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), disponíveis no Portal da Transparência do município. Considerou-se a totalidade (100%) dos recursos transferidos pelo FNDE ao município no período analisado, configurando um recorte no âmbito local, o que amplia a consistência dos resultados.

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas, permitindo a sistematização anual dos valores repassados pelo FNDE, dos montantes destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar e dos respectivos percentuais de cumprimento da exigência legal. A partir dessas informações, foram calculadas variações anuais e identificadas as formas de organização dos fornecedores, bem como a participação relativa das cooperativas ao longo do período analisado.

Com o objetivo de ampliar a confiabilidade das informações, adotou-se a triangulação de fontes documentais, considerando dados provenientes do FNDE, da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). As informações disponíveis nas diferentes fontes foram confrontadas sempre que apresentavam correspondência quanto ao período e ao objeto analisado, buscando verificar sua convergência e consistência. Nos casos em que determinada informação estava disponível em apenas uma das fontes, manteve-se o registro



proveniente do documento oficial correspondente, preservando sua origem na sistematização e interpretação dos dados.

A análise quantitativa baseou-se em estatística descritiva, com ênfase na interpretação de percentuais e variações relativas, visando identificar tendências e padrões na execução do programa.

Paralelamente, os gêneros alimentícios foram classificados em grupos, conforme a natureza dos produtos e sua recorrência nos registros administrativos municipais. A identificação de produtos agroecológicos considerou as informações presentes nas notas fiscais e relatórios oficiais, com base no enquadramento como produção orgânica e/ou agroecológica.

A dimensão qualitativa da pesquisa consistiu na análise interpretativa das atas do CAE, da legislação pertinente e da literatura especializada sobre agricultura familiar, cooperativismo e políticas públicas de alimentação escolar. Essa etapa possibilitou contextualizar as oscilações nos percentuais de compra ao longo do período, interpretar mudanças no perfil dos fornecedores e relacionar os resultados locais com evidências empíricas regionais e nacionais. O tratamento qualitativo seguiu procedimentos de sistematização, categorização temática e interpretação analítica, conforme orientações clássicas da pesquisa social (Gil, 2008).

Como limitação, destaca-se que o estudo se baseia exclusivamente em dados documentais, não tendo sido realizadas entrevistas com gestores públicos, agricultores ou representantes de cooperativas, o que restringe a análise das dimensões subjetivas e organizacionais do processo de implementação da política. Além disso, os valores financeiros foram examinados em termos nominais, sem atualização inflacionária, o que pode influenciar comparações interanuais. Ainda assim, a utilização de fontes oficiais e a abrangência do recorte conferem consistência e confiabilidade aos resultados apresentados.

O recorte temporal de 2018 a 2024 foi definido com base na disponibilidade de dados consolidados e na possibilidade de análise comparativa antes, durante e após o período crítico da pandemia da COVID-19, permitindo observar dinâmicas de estabilidade, retração e recuperação da política pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Execução do PNAE e cumprimento da Lei nº 11.947/2009

A análise dos dados demonstra que o município de Renascença/PR apresentou cumprimento majoritário da exigência legal, com exceção do ano de 2021. Em 2020, em



decorrência da pandemia de COVID-19, houve uma queda expressiva nos percentuais de aquisição da agricultura familiar; ainda assim, o município conseguiu atender ao mínimo legal naquele ano. Com a continuidade da crise sanitária em 2021, verificou-se novo declínio nas aquisições, atingindo 24,96%, valor inferior ao mínimo de 30% estabelecido pela legislação.

A partir de 2022, observa-se uma recuperação significativa, com ampliação da participação da agricultura familiar nas compras públicas, alcançando patamares superiores a 80% nos três últimos anos analisados. Esse movimento indica que a política pública ultrapassou o cumprimento formal da legislação, assumindo caráter estruturante no âmbito local. Tal evidência contrasta com achados de Tramont (2018), que aponta dificuldades recorrentes na implementação do percentual mínimo de compras da agricultura familiar em diversas regiões, frequentemente associadas a entraves logísticos, fragilidades na organização das cooperativas e falhas na elaboração dos editais.

O autor também destaca a fragmentação da produção, a precariedade da infraestrutura de armazenamento e transporte, bem como a desarticulação entre gestores públicos e agricultores, constituem obstáculos significativos ao acesso dos pequenos produtores ao mercado institucional. Esses fatores comprometem não apenas o cumprimento da legislação, mas também o potencial de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

O salto observado a partir de 2022 sugere consolidação de um modelo territorializado de compras públicas, no qual a agricultura familiar passa a ocupar posição central no abastecimento da alimentação escolar. Tal dinâmica reforça a circulação de renda no território e o fortalecimento de redes locais de produção, aproximando-se da perspectiva da economia solidária discutida por Coraggio (2000). Segundo o autor, percentuais elevados por si só, não garantem sustentabilidade estrutural da política, sendo necessário observar se esse desempenho decorre de um arranjo institucional consolidado ou de conjunturas administrativas específicas. A manutenção desses índices no longo prazo dependerá da continuidade do apoio técnico, da organização produtiva e do engajamento da gestão pública.

Essa interpretação encontra respaldo em Jablonski et al. (2023), que, ao discutirem políticas de aquisição local vinculadas à alimentação escolar em diferentes contextos, destacam que a proximidade geográfica não é suficiente para assegurar os resultados esperados dessas iniciativas. A efetividade das compras locais depende também de estruturas de governança e infraestrutura capazes de articular produtores rurais, instituições públicas e diferentes escalas territoriais.

A recuperação observada a partir de 2022 sugere que fatores institucionais tiveram papel determinante na reconfiguração do programa em nível local. Entre esses fatores, destacam-se o



fortalecimento das cooperativas, a ampliação da capacidade de planejamento da gestão pública e a adaptação dos agricultores às exigências do mercado institucional. Esse conjunto de elementos evidencia que o desempenho da política não depende exclusivamente da disponibilidade de recursos, mas da capacidade de articulação entre oferta e demanda, mediada por estruturas organizativas e apoio técnico.

Os resultados observados reforçam a interpretação de que a efetividade do PNAE, em escala local, está diretamente associada à densidade dos arranjos institucionais territoriais. Nessa perspectiva, o desempenho do município analisado dialoga com a abordagem da governança territorial, na qual a articulação entre atores públicos e privados condiciona a implementação de políticas públicas. Conforme destacado por Schneider (2018), a capacidade organizativa dos agricultores, especialmente por meio do cooperativismo, reduz assimetrias de mercado e amplia a inserção em circuitos institucionais. Assim, o elevado percentual de compras da agricultura familiar não deve ser compreendido apenas como cumprimento normativo, mas como expressão de um sistema local de coordenação produtiva e institucional relativamente consolidado.

A Tabela 1 confirma a superação progressiva do mínimo legal, evidenciando adesão consistente à valorização da produção local.

Tabela 1. Repasses do FNDE, aquisições de produtos da agricultura familiar, percentual de compra e variações entre 2018 e 2024.

ANO	Valor total do FNDE (R\$)	Valor adquirido da AF (R\$)	Percentual da AF (%)	Variação do repasse (%)	Variação do valor da aquisição (%)
2018	72.342,00	46.002,28	63,59	-	-
2019	74.304,00	77.662,90	104,50	2,71	68,82
2020	77.044,00	24.527,07	31,84	3,69	-68,42
2021	79.030,60	19.728,60	24,96	2,58	-19,56
2022	70.710,00	58.193,55	82,30	-10,53	194,97
2023	99.768,60	90.375,20	90,58	41,09	55,30
2024	110.062,00	107.014,23	97,23	10,32	18,41

Fonte: Elaboração própria (2025).

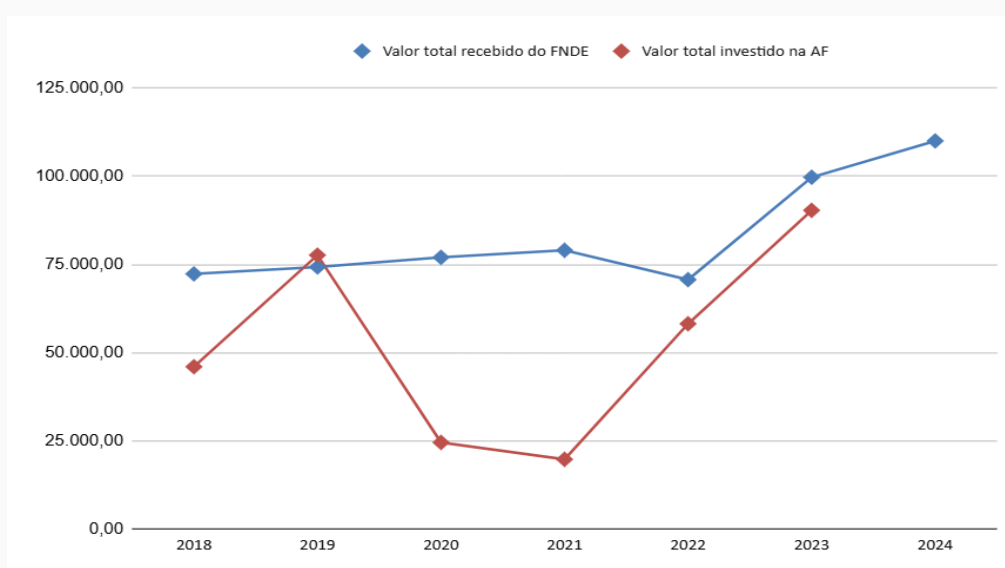
Nota: Em 2019, o valor destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar superou o montante transferido pelo FNDE em razão da complementação com recursos próprios do município.

Destaca-se que, em 2019, o valor aplicado na aquisição de alimentos da agricultura familiar (R\$ 77.662,90) superou o montante de recursos transferidos pelo FNDE (R\$ 74.304,00), resultando



em um percentual de 104,50%. Esse resultado decorre da complementação realizada pelo município com recursos próprios destinados à alimentação escolar. Dessa forma, o percentual superior a 100% não representa inconsistência nos dados, mas evidencia a aplicação de recursos municipais adicionais às transferências federais para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

O Gráfico 1 apresenta a evolução dos recursos repassados pelo FNDE e dos valores aplicados na aquisição de alimentos da agricultura familiar no período de 2018 a 2024.



Fonte: Elaborado pela autora 2025.

Observa-se que, ao longo do período analisado houve avanço no cumprimento do percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar, indicando maior adequação às diretrizes do PNAE. Esse comportamento também foi identificado por Tonini *et al.* (2024), que analisam a evolução do cumprimento do percentual mínimo ao longo dos anos, evidenciando maior conformidade com a legislação do programa. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar a composição dos gêneros alimentícios, conforme apresentado na seção seguinte.

Diversidade de gêneros alimentícios

A análise do Quadro 2 evidencia uma composição heterogênea dos gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar ao longo do período, com predominância consistente do grupo dos panificados, seguido pelas hortaliças e seus derivados.

Os panificados representam, em todos os anos analisados, o maior percentual das aquisições, variando entre aproximadamente 40% e 55%, o que sugere forte dependência desse grupo no abastecimento escolar. Apesar da predominância dos panificados contribuir para a regularidade do abastecimento, essa concentração pode indicar uma limitação na diversificação efetiva da política. Essa configuração sugere que, embora haja avanço quantitativo, persistem desafios qualitativos relacionados à ampliação da oferta de alimentos *in natura* e à inclusão de produtos estratégicos para a segurança alimentar, como leguminosas e cereais. Tal cenário evidencia que a consolidação do PNAE como instrumento de transformação dos sistemas alimentares depende não apenas do volume de compras, mas da diversidade e qualidade dos alimentos adquiridos.

Quadro 2. Percentual referente ao valor gasto do recurso do FNDE com aquisição de alimentos através da compra da Agricultura Familiar nos anos de 2018 a 2024

Produtos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Frutas e derivados	6,55	9,99	31,50	19,81	11,55	17,62	16,04
Hortaliças /derivados	33,69	36,33	23,04	29,53	33,00	22,12	23,91
Tubérculos/derivados	4,81	1,68	00,00	1,79	2,61	1,12	1,73
Panificados	50,75	49,53	40,81	48,37	47,31	54,60	51,83
Leguminosas	2,95	0,25	00,00	0,00	2,73	2,11	1,85
Cereais e derivados	0,00	00,00	00,00	0,00	0,00	0,24	00,00
Açúcares e doces	1,25	1,12	00,00	0,50	2,80	0,96	2,18
Produtos agroecológicos	0,00	1,10	4,65	0,00	0,00	1,23	2,46

Fonte: Autora (2025).

Tal predominância pode estar associada à menor sazonalidade desses produtos, à maior facilidade de armazenamento e distribuição, bem como à presença de agroindústrias familiares capazes de atender de forma contínua às demandas do programa. Esse resultado corrobora os achados de Pereira (2020), em pesquisa realizada com municípios da região Sudoeste do Paraná, na qual também se constatou maior participação do grupo de panificados nas compras da agricultura familiar.

Por outro lado, estudos como o de Schabarum e Triches (2019) indicam resultados distintos, nos quais o grupo de maior participação nas aquisições foi o de frutas e derivados, seguido pelas hortaliças. Essa diferença pode estar relacionada às especificidades produtivas e organizacionais de cada território, uma vez que o grupo das hortaliças tende a apresentar maior regularidade de oferta,



por já se encontrar consolidado entre os agricultores familiares e por demandar, em geral, menores exigências de adequação aos padrões de certificação quando comparado a outros produtos.

No presente estudo, hortaliças e seus derivados constituem o segundo grupo mais relevante, mantendo participação expressiva ao longo de todo o período, com percentuais próximos ou superiores a 20%. Esse comportamento indica forte vínculo entre a produção local e o abastecimento do PNAE, além de refletir a capacidade da agricultura familiar em ofertar alimentos frescos e alinhados às recomendações de alimentação saudável.

O grupo das frutas e derivados apresenta variações mais acentuadas ao longo dos anos, com destaque para o aumento significativo em 2020 e manutenção de níveis moderados nos anos subsequentes. Essa oscilação pode estar relacionada a fatores sazonais, à disponibilidade produtiva e à organização da oferta local, embora sua presença contínua reforce a importância desse grupo para a qualidade nutricional da alimentação escolar.

Por outro lado, observa-se baixa participação dos grupos de leguminosas, tubérculos e cereais, ainda que esses alimentos possuam elevado valor nutricional e relevância na cultura alimentar brasileira. A reduzida inserção de produtos como o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e o arroz (*Oryza sativa* L.) pode indicar limitações na oferta local, dificuldades logísticas ou menor articulação entre produção e demanda institucional, evidenciando uma lacuna na diversificação alimentar.

Nesse sentido, alguns alimentos tradicionalmente presentes na dieta brasileira apresentaram participação reduzida nas aquisições da agricultura familiar. O feijão-preto registrou percentuais relativamente baixos ao longo do período analisado, enquanto o arroz branco praticamente não apareceu nas compras realizadas. Essa configuração pode refletir limitações na produção local desses alimentos ou dificuldades na inserção desses produtos nas chamadas públicas destinadas à alimentação escolar.

Estudos indicam que a participação de determinados alimentos nas compras institucionais depende não apenas da demanda nutricional da política pública, mas também da capacidade produtiva da agricultura familiar, do nível de organização dos produtores e das condições logísticas de comercialização (Saraiva *et al.*, 2013; Troian; Breitenbach, 2020).

Experiências internacionais apresentam desafios semelhantes, Mensah e Karriem (2021), ao analisarem as compras públicas vinculadas ao programa de alimentação escolar da África do Sul, destacam que a aquisição de alimentos de produtores locais pode ampliar oportunidades de



mercado para pequenos agricultores e favorecer o desenvolvimento rural, embora sua efetividade dependa da existência de mecanismos institucionais capazes de viabilizar sua participação.

A capacidade de inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais também está associada às condições de organização produtiva e ao acesso à assistência técnica. Dados do Censo Agropecuário indicam que apenas cerca de 18% dos agricultores familiares no Brasil recebem algum tipo de orientação técnica (IBGE, 2019). Fanin *et al.* (2023) aponta que 47,4% dos agricultores não recebem assistência técnica e, entre aqueles que recebem, aproximadamente 70% consideram esse apoio insuficiente para atender adequadamente às demandas produtivas. Nesse contexto, a disponibilidade de assistência técnica e de infraestrutura produtiva constitui fator relevante para ampliar a participação desses produtos nas compras públicas.

Além disso, persistem desafios relacionados às exigências burocráticas, à estrutura de oferta e às condições logísticas de distribuição, que podem limitar a participação de determinados produtos nas compras institucionais (Gregolin *et al.*, 2017; Correa, 2017; Triches *et al.*, 2018; Vilela, 2019; Andrade e Silva, 2023). Soma-se a isso a influência de fatores ambientais, como a crise hídrica e as mudanças climáticas, que impõem restrições adicionais à produção agrícola e exigem estratégias de adaptação e fortalecimento das políticas de apoio ao setor (Vieira; Bernardo; Lourenzani, 2015).

O grupo de açúcares e doces apresenta participação reduzida ao longo de todo o período, o que pode ser considerado um aspecto positivo, uma vez que está em consonância com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), que orienta a limitação do consumo de alimentos ultraprocessados e ricos em açúcares.

No que se refere aos produtos agroecológicos, observa-se presença pontual em alguns anos (2019, 2020, 2023 e 2024), ainda que em percentuais reduzidos. Esse comportamento indica avanços incipientes na incorporação de práticas produtivas mais sustentáveis, sugerindo potencial de expansão desse segmento no âmbito das compras públicas.

De modo geral, os dados revelam que, embora haja diversificação dos gêneros alimentícios adquiridos, a estrutura de compras ainda apresenta concentração em determinados grupos, especialmente nos panificados. Esse padrão reforça a necessidade de estratégias que ampliem a inserção de alimentos *in natura* e minimamente processados, promovendo maior equilíbrio nutricional e fortalecendo a diversidade produtiva da agricultura familiar no contexto do PNAE.

Nesse sentido, os resultados apontam que políticas públicas voltadas à agricultura familiar devem ser acompanhadas por estratégias complementares, como assistência técnica, incentivo à



diversificação produtiva e fortalecimento das organizações coletivas. A ausência desses elementos pode limitar o potencial transformador do PNAE, reduzindo sua atuação a um mecanismo de compra institucional, sem alcançar plenamente seus objetivos de promoção da segurança alimentar, sustentabilidade e desenvolvimento territorial.

Conforme apresentado no quadro 3, a diversidade de gêneros alimentícios observada nas aquisições do PNAE evidencia não apenas a ampliação da oferta de produtos provenientes da agricultura familiar, mas também a capacidade de articulação entre produção e demanda no âmbito local. Nesse sentido, a presença de maior variedade de alimentos nos cardápios escolares não se configura como um processo espontâneo, estando diretamente condicionada às estratégias organizativas mobilizadas pelos agricultores para atender às exigências do programa. É nesse contexto que o cooperativismo assume papel central como mediador institucional, ao viabilizar a agregação da produção, a padronização dos produtos e a regularidade do fornecimento.

Quadro 3. Variedade de alimentos adquiridos pelo PNAE entre os anos de 2018 a 2024, classificados em 8 grupos

Frutas e derivados	Limão, abacate, banana prata, bergamota, laranja, pêra, morango, ponkan, pêssego.
Hortaliças e derivados	Abobrinha, acelga, alface americana, alface roxa, Brócolis, cenoura, couve manteiga, couve-flor, chuchu, cheiro verde, escarola, espinafre, quiabo, repolho, rúcula, tomate, moranga, pepino.
Tubérculos e derivados	Beterraba, mandioca, batata doce.
Panificados	Bolacha caseira, Bolacha caseira de fubá, bolo caseiro sem recheio, broa de milho, cuca caseira, pão caseiro, pão caseiro integral, pão caseiro fatiado, pão caseirinho integral, pão caseirinho de vegetais, macarrão caseiro integral, macarrão caseiro.
Feijão	Feijão preto
Arroz	Arroz branco
Açúcares e doces	Mel, doce de frutas, melado, mascavo (cacau com açúcar mascavo), açúcar mascavo.
Produtos agroecológicos	Molho de tomate, suco de uva integral.

Fonte: A autora (2025).

Assim, a atuação de cooperativas e associações não apenas amplia as condições de inserção da agricultura familiar no PNAE, como também contribui para a consolidação de arranjos institucionais mais estruturados, favorecendo a diversificação alimentar e a sustentabilidade dos sistemas alimentares locais.

Cooperativismo como mediador institucional

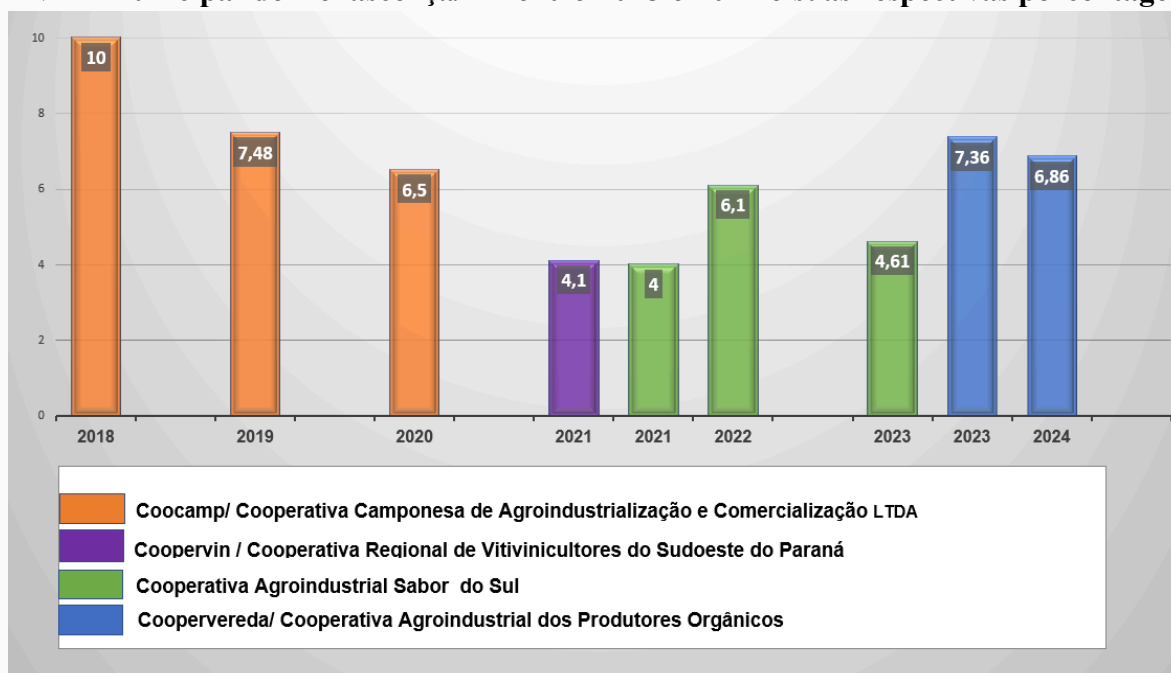
A centralidade do cooperativismo, evidenciada na seção anterior, permite avançar na compreensão de seu papel como elemento estruturante dos arranjos institucionais que sustentam a



execução do PNAE em nível local. A evolução da participação das cooperativas no fornecimento de alimentos ao programa revela mudanças significativas na mediação entre a agricultura familiar e o poder público ao longo do período analisado.

Entre 2018 e 2020, observa-se na Figura 1 maior concentração das aquisições em uma única cooperativa predominante, indicando um arranjo institucional ainda pouco diversificado e fortemente dependente de um agente intermediador central. Esse padrão inicial pode ser interpretado como uma fase de baixa densidade institucional, na qual a inserção da agricultura familiar no mercado institucional ainda depende de poucos agentes intermediadores. À medida que novas cooperativas passam a atuar no programa, observa-se um processo de amadurecimento organizacional e ampliação da governança territorial, reduzindo a dependência de estruturas centralizadas e promovendo maior inclusão produtiva.

Figura 1. Tipo de entidades fornecedoras de produtos da agricultura familiar para o PNAE Municipal de Renascença/PR entre 2018 e 2024 e suas respectivas porcentagens.



Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir de 2021, verifica-se ampliação da participação de diferentes cooperativas, evidenciando diversificação das entidades fornecedoras e fortalecimento da organização coletiva da agricultura familiar. Destacam-se, nesse processo, a inserção da Cooperativa Regional de Vitivinicultores do Sudoeste do Paraná - Coopervin, com 4,1% das aquisições, e a Cooperativa Agroindustrial Sabor do Sul, com 4%, seguida nos anos subsequentes, pela consolidação dessas

organizações e pela entrada da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Orgânicos -Coopervereda, esse movimento não apenas amplia o número de agentes participantes, mas também sinaliza uma qualificação do perfil produtivo, com incorporação de novos segmentos e estratégias de agregação de valor.

Nos anos subsequentes, observa-se continuidade desse processo de ampliação organizativa. Em 2022, a Cooperativa Sabor do Sul amplia sua participação, atingindo 6,1% das aquisições e consolidando-se como uma das principais intermediadoras do fornecimento.

Em 2023, destaca-se a inserção da Coopervereda, responsável por 7,36% das aquisições naquele ano, mantendo participação relevante em 2024, com 6,86%. A presença dessas organizações reforça a diversificação institucional e evidencia o fortalecimento da organização coletiva da agricultura familiar regional.

Esse conjunto de transformações indica uma reconfiguração dos arranjos institucionais locais, marcada pela ampliação da capacidade organizativa dos agricultores familiares e pelo fortalecimento de sua articulação com o mercado institucional. Conforme Schneider (2018), o cooperativismo exerce papel estratégico ao reduzir custos de transação, organizar a produção, padronizar processos e garantir regularidade no fornecimento, atuando como mediador entre produtores e poder público. Nesse sentido, as cooperativas não apenas viabilizam o acesso ao mercado institucional, mas também contribuem para a qualificação da oferta, incluindo aspectos logísticos, sanitários e organizacionais.

No caso analisado, o aumento expressivo das compras da agricultura familiar coincide com a consolidação da participação cooperativa, sugerindo uma relação direta entre organização coletiva e desempenho da política pública. Esse resultado reforça a hipótese de que a efetividade do PNAE, em nível local, está associada à existência de estruturas organizativas capazes de articular produção, planejamento e atendimento às demandas institucionais.

Embora a diversificação das entidades fornecedoras indique maior dinamismo organizacional, parte das aquisições ainda permanece concentrada em algumas cooperativas específicas nos anos mais recentes. Essa configuração pode representar ganhos de eficiência e estabilidade no fornecimento, mas também evidencia a importância de ampliar a participação de diferentes grupos produtivos, de modo a fortalecer a inclusão e a capilaridade da agricultura familiar no mercado institucional.

De modo geral, os resultados evidenciam que o cooperativismo não atua apenas como intermediário comercial, mas como elemento estruturante da governança local do mercado



institucional. Ao viabilizar a articulação entre produção familiar e política pública de alimentação escolar, as cooperativas desempenham papel central na consolidação de um modelo territorializado de compras públicas, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, a estabilidade do abastecimento e a promoção do desenvolvimento rural.

Síntese interpretativa

A análise integrada dos dados evidencia que o desempenho do município de Renascença/PR não decorre apenas do cumprimento formal da Lei nº 11.947/2009, mas da consolidação de um arranjo institucional articulado entre gestão pública, agricultores familiares e cooperativas. Ao longo do período analisado, observa-se que a agricultura familiar deixou de ocupar uma posição complementar no abastecimento da alimentação escolar e passou a constituir eixo estruturante da política local, especialmente a partir da recuperação observada no período pós-pandemia.

O avanço progressivo dos percentuais de aquisição, aliado à diversificação dos gêneros alimentícios, indica não apenas ampliação quantitativa das compras, mas também qualificação da política pública. A predominância de alimentos *in natura* ou minimamente processados, como hortaliças e frutas, demonstra alinhamento com as diretrizes nutricionais do PNAE e do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Contudo, a baixa participação de grupos como leguminosas e cereais evidencia limitações na diversificação alimentar, associadas a fatores estruturais, como capacidade produtiva, organização da oferta e acesso à assistência técnica. Nesse contexto, a diversificação observada não se configura como um processo homogêneo, mas condicionado por desigualdades produtivas e institucionais que influenciam a inserção de determinados alimentos no mercado institucional. Tal evidência reforça que a efetividade da política não depende exclusivamente da demanda pública, mas da capacidade territorial de articulação entre produção, organização social e infraestrutura de apoio.

Em perspectiva internacional, Son (2024), ao analisar um modelo territorializado de compras públicas de alimentos na Coreia do Sul, demonstra que a capacidade transformadora dessas políticas depende não apenas da priorização de fornecedores locais, mas também da articulação institucional entre diferentes atores e escalas territoriais.

Paralelamente, a ampliação da participação das cooperativas ao longo do período analisado revela um processo de reconfiguração dos arranjos institucionais locais. O cooperativismo emerge



como elemento central na mediação entre produção e mercado institucional, contribuindo para a organização da oferta, a regularidade do fornecimento e a redução de custos de transação. A inserção de cooperativas com perfil agroindustrial e voltadas à produção orgânica indica, ainda, um movimento de qualificação produtiva e diferenciação da oferta.

A convergência entre aumento das aquisições da agricultura familiar e fortalecimento da organização cooperativa sugere que a efetividade do PNAE, em nível local, está diretamente associada à densidade organizativa dos atores produtivos e à capacidade de governança territorial. Ainda que persistam limitações como a concentração de fornecedores e a baixa inserção de determinados grupos alimentares, os resultados indicam a consolidação de um modelo de compras públicas territorializado, capaz de articular produção local, políticas públicas e demandas nutricionais.

De forma sintética, o caso analisado demonstra que a territorialização das compras públicas no âmbito do PNAE contribui não apenas para o cumprimento de uma exigência legal, mas para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, inclusivos e resilientes. Nessa perspectiva, a FAO ([s.d]) destaca as compras públicas sustentáveis como mecanismo capaz de conectar a demanda das instituições públicas aos pequenos agricultores e às pequenas e médias empresas, contribuindo simultaneamente para objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Ao promover a integração entre agricultura familiar, cooperativismo e gestão pública, o programa se configura como instrumento estratégico de desenvolvimento rural, fortalecimento da soberania alimentar e dinamização econômica local

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Renascença/PR, no período de 2018 a 2024, resultou na consolidação de um arranjo institucional capaz de articular gestão pública, agricultura familiar e cooperativismo. Nesse contexto, o programa ultrapassa o cumprimento de uma exigência legal e passa a desempenhar papel estruturante no abastecimento da alimentação escolar e na dinamização da economia local.

Os resultados evidenciam que essa articulação contribuiu para a ampliação dos percentuais de aquisição, a diversificação dos gêneros alimentícios e a regularidade do fornecimento. O cooperativismo exerceu papel de mediador institucional, viabilizando a inserção da agricultura familiar no mercado institucional e contribuindo para a qualificação da oferta e a consolidação das compras públicas.



Observou-se, ainda, que a diversificação dos gêneros alimentícios, com presença relevante de produtos *in natura* e minimamente processados, especialmente hortaliças e frutas, está alinhada às diretrizes nutricionais do programa. No entanto, a baixa participação de determinados grupos alimentares, como leguminosas e cereais, evidencia limitações estruturais relacionadas à produção, à assistência técnica e à organização da oferta, indicando a necessidade de políticas complementares que fortaleçam a base produtiva local.

Como contribuição para o debate sobre políticas públicas territorializadas e governança local, o estudo evidencia, em perspectiva longitudinal, que a efetividade do PNAE não depende exclusivamente do cumprimento dos dispositivos normativos e da disponibilidade de recursos públicos, mas também da capacidade de articulação entre gestão pública, agricultores familiares e organizações cooperativas. O caso analisado demonstra que a governança local, expressa na coordenação entre esses atores e na organização coletiva da oferta, constitui elemento relevante para a consolidação dos mercados institucionais. Nesse sentido, o estudo contribui para compreender como as especificidades produtivas, organizacionais e institucionais do território condicionam a implementação e os resultados de políticas públicas de compras de alimentos em escala municipal.

Apesar dos resultados expressivos, reconhece-se que tais avanços estão condicionados a fatores específicos, como a organização produtiva local, o suporte técnico e o engajamento da gestão pública. A ausência de investigação direta com agricultores e gestores limita a compreensão de aspectos decisórios e organizacionais, constituindo uma agenda relevante para pesquisas futuras.

Adicionalmente, as recentes alterações no marco legal do PNAE, especialmente a promulgação da Lei nº 15.226/2025, que altera a Lei nº 11.947/2009 e eleva de 30% para 45% o percentual mínimo de recursos destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar, ampliam os desafios relacionados à capacidade de adaptação dos municípios. Nesse sentido, futuras pesquisas podem investigar os impactos dessa mudança normativa sobre a organização produtiva, a atuação das cooperativas e as condições logísticas de atendimento às novas exigências.

De forma mais ampla, o caso analisado reforça a relevância da territorialização das compras públicas para o fortalecimento de sistemas alimentares mais sustentáveis, inclusivos e resilientes e para a promoção do desenvolvimento rural e da soberania alimentar.

REFERÊNCIAS



ALVARENGA, A. P. G. **Os desafios do PNAE na EPTNM: um estudo a partir da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2025. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Divinópolis, 2025.

ANDRADE, V. F. de; SILVA, M. M. de. **Desafios e potencialidades na implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Placas, Pará. Enciclopédia Biosfera**, Jandaia-GO, v. 20, n. 46, p. 109–122, 2023. https://doi.org/10.18677/EnciBio_2023D9.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Informe Agricultura Familiar e PNAE nº 04/2021. Brasília: FNDE, 2021.

BRASIL. Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre o prazo de validade dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer em 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 1 out. 2025.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.226-de-30-de-setembro-de-2025-659618378>

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho: um novo enfoque para a economia popular solidária. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORRÊA, M. S. Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desafios e perspectivas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 30, n. 5, p. 651-660, 2017.

FANIN, E. L. B. B; LOPES, M. R. C de A; MARQUES, A. B. G. M; SANTOS dos T; FERREIRA, R. S. ZONIN, W. J. **Percepção dos agricultores familiares inclusos no PNAE em relação à ATER em Capitão Leônidas Marques, Paraná. Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071001, jan.–dez. 2023. DOI <https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.797>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Sustainable public food procurement. Rome: FAO, [s.d.]. Disponível em: [FAO – Sustainable public food procurement](#). Acesso em: 20 ago. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The State of Food and Agriculture: Leveraging Food Systems for Inclusive Rural Transformation. Rome: 2023.



GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGOLIN, G. C; GREGOLIN, M. R. P; TRICHES, R. M; ZONIN, W. J. Política Pública e sustentabilidade: possibilidade de interface no Programa de Alimentação Escolar. *Emancipação, Ponta Grossa*, 17(2): 199-216, 2017. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. DOI 10.5212/Emancipacao.v.17i2.0002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.IBGE/SIDRA. Censo agropecuário 2017:resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 01 de março de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.IBGE/SIDRA. Censo agropecuário 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Renascença – PR. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/renascenca.html>. Acesso em: Fev. 2025.

JABLONSKI, BBR; MILBOURNE, P; MADERSON, S. E; MORGAN, K. Considering tradeoffs in “local” food policies: examples from school feeding programmes. **Frontiers in Nutrition**, v. 10, art. 1242493, 2023. <https://doi.org/10.3389/fnut.2023.1242493>.

MENSAH, C; KARRIEM, A. Harnessing public food procurement for sustainable rural livelihoods in South Africa through the National School Nutrition Programme: a qualitative assessment of contributions and challenges. **Sustainability**, v. 13, n. 24, art. 13838, 2021. DOI 10.3390/su132413838.

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA. Portal da Transparência. Disponível em: <http://transparencia.renascenca.pr.gov.br/>. Acesso em: Dez. 2024.

PEREIRA, J. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na região sudoeste do Paraná. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). **Congresso SOBER**, 58., 2020, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: SOBER, 2020.

ROCKETT, F. C.; CORRÊA, R. da S.; PIRES, G. C.; MACHADO, L. de S.; HOERLLE, F. S.; SOUZA, C. P. M de.; OLIVEIRA, A. B. A de; . Agricultura familiar e merenda escolar no Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência Rural**. Santa Maria-RS v. 49, n. 2, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20180561>.

RODRIGUES, A. X.; FERREIRA, M. A. M.; ARAUJO, J. M de.; SILVEIRA, S. de F. R. Capacidades estatais municipais como condicionantes do desempenho das compras da agricultura familiar no âmbito do PNAE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.] v. 4, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2023.277213>.



SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. da.; SOUSA, A. A. de.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. dos S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.] v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400004>

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 49-62, jan./mar. 2019. DOI 10.1590/1234-56781806-94790570103.

SCHNEIDER, S. O cooperativismo como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.] v. 56, n. 2, p. 197-214, 2018.

SON, S. Constructing ‘Local’ and ‘Sustainable’: a critical analysis of place-based public food procurement. **Geoforum**, v. 150, art. 103989, 2024. DOI 10.1016/j.geoforum.2024.103989.

TRICHES, R.M., BACCARIN, J.G., FIGUEREDO, O.A.T., FÜHR, A.L., MOSSMANN, M.P., SILVA, D.B.P., HECKLER, D., and TEO, C.R.P.A. Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. In: PEREZZCASSARINO, J., TRICHES, R.M., BACCARIN, J.G., TEO, C.R.P.A., eds. Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais [online]. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018, pp. 91-105. ISBN: 978-85-64905-72-6. <https://doi.org/10.7476/9788564905726.0007>.

TONINI, A. C.; SALDAN, P. C.; VIEIRA, D. G.; SCHABARUM, J. C. Aquisições da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: análise do município de Guarapuava-PR. **Grifos**, Chapecó, v. 34, n. 62, p. 1-19, 2024. DOI <https://doi.org/10.22295/grifos.v34i62.7449>.

TRAMONT, G. A. G. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Gargalos e desafios do Instituto Federal Fluminense. (Dissertação - Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Cândido Mendes, Campos de Goytacazes, RJ, 2018. 116 p.

TROIAN, A; BREITENBACH, R. Entraves e desafios na comercialização de produtos da agricultura familiar para o PNAE. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 45-60, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/14848>. Acesso em 19 out 2025.

VIEIRA, S. C; BERNARDO, C. H. C; LOURENZANI, A. E. B. S. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. RECODAF – **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/7>. Acesso em 07 de março 2026.

VILELA, K. O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal Baiano: uma abordagem relacional do processo de implementação. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 60, 2019.



AGRADECIMENTOS. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código do Financiamento 001”

